

# *Prefeitura do Município de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

## PROJETO DE LEI n.º 05146

Altera dispositivos da Lei n. 1.197, de 18 de dezembro de 2015, que instituiu o auxílio transporte aos servidores públicos do Município.

**Art. 1º** Os §§ 1º e 2º do art. 1º, o *caput* do art. 3º, o *caput* do art. 5º e seus incisos I, II, III, IV e § 1º, passam a vigorar com as seguintes redações:

*"Art. 1º (...)*

*§ 1º Para efeito desta Lei será definido como ponto de origem o que marcar a menor distância ao ponto de chegada, após conferência e deferimento do Diretoria de Recursos Humanos e Seção de Folha de Pagamento.*

*§ 2º A base mensal para o cálculo do auxílio-transporte mencionado no caput deste artigo deverá considerar a jornada de trabalho a ser cumprida de acordo com a escala, calculando a soma da despesa diária realizada pelo servidor com transporte coletivo, em linhas de ônibus regulares, urbanas ou intermunicipais, utilizando-se como parâmetro os valores das tarifas das respectivas linhas fixadas no mês de solicitação do benefício. (NR)*

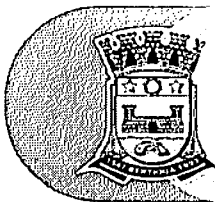
*(...)*

*Art. 3º O auxílio-transporte não será devido cumulativamente com benefício de espécie semelhante ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de indenização ou auxílio pago sob o mesmo título ou idêntico fundamento, exceto, os abonos decorrentes de lei, bem como, os acúmulos lícitos, no mesmo cargo ou função, ou quando o servidor acumular lícitamente outro cargo ou emprego na Administração Pública Municipal. (NR)*

*(...)*

*Art. 5º Para a concessão e renovação do auxílio-transporte, o servidor, deverá preencher os anexos I e II desta lei, apresentando-os juntamente com a documentação abaixo listada à Secretária Municipal a qual estiver subordinado, com ciência da chefia imediata:*

*I - declaração do ponto de origem juntando comprovantes de domicílio, residência ou moradia, conforme o modelo do Anexo I;*



# *Prefeitura do Município de Bertioga*

Estado de São Paulo

## *Estância Balneária*

*II - declaração do percurso, dos meios de transportes utilizados, do trajeto diário percorrido do ponto de origem ao ponto de chegada e do tempo estimado para ida e volta, conforme o modelo do Anexo I;*

*III - autorização para desconto, em folha de pagamento, da parcela de 6% (seis por cento) de seu salário base, conforme o modelo do Anexo I;*


*IV - no caso de acumulação lícita de cargos ou empregos, a opção facultada ao servidor pela percepção do auxílio-transporte no deslocamento trabalho/trabalho em substituição ao trabalho/ponto de origem, conforme o modelo do Anexo II;*

*§ 1º As declarações acima previstas deverão ser entregues na Secretaria a qual o servidor está subordinado, com ciência da chefia imediata, e deverão ser atualizadas pelo servidor sempre que ocorrer alteração das circunstâncias que fundamentam a concessão do benefício ou a qualquer tempo mediante solicitação da Administração. (NR)*

*(...)”*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bertioga, 16 de março de 2016. (PA n. 8627/15)

  
**Arq. Urb. José Mauro Dedemo Orlandini**  
**Prefeito do Município**

04  
185/16

## ANEXO I

PROTOCOLO Nº \_\_\_\_\_

### QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR

REGISTRO: \_\_\_\_\_ NOME: \_\_\_\_\_  
FUNÇÃO: \_\_\_\_\_ SECRETARIA: \_\_\_\_\_ HORÁRIO DE TRABALHO: \_\_\_\_\_ Nº PLANTÕES: \_\_\_\_\_  
SEÇÃO OU ESCOLA ONDE TRABALHA: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO RESIDENCIAL: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_  
BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
TEL: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

### SOLICITAÇÃO/ALTERAÇÃO/RECADASTRAMENTO DE BENEFÍCIO

Solicito a concessão de vale transporte, autorizando desde já o desconto de 6% (seis por cento) da minha remuneração, nos termos do inciso I, art. 2º, da Lei n. 1.197/2015, comprometendo-me a utilizá-lo exclusivamente no deslocamento residência-trabalho-residência, assim como comunicar quaisquer alterações de endereço ou meio de transporte.

**DECLARO** ainda, para todos os fins em direito admitidos, que as informações abaixo correspondem a verdade, tendo conhecimento que a inexistência dos dados implicará na suspensão ou cassação do benefício, estando sujeito em caso de falsidade, à pena de demissão do serviço público por caracterização dos delitos do art. 171, § 3º e art. 299 do Código Penal Brasileiro.

### PONTO DE ORIGEM

**DECLARO** QUE TENHO COMO PONTO DE ORIGEM O IMÓVEL NO SEGUINTE ENDEREÇO

Nº \_\_\_\_\_, CASA \_\_\_\_\_, EDIFÍCIO \_\_\_\_\_, APARTAMENTO Nº \_\_\_\_\_, BAIRRO \_\_\_\_\_  
CIDADE \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, TELEFONES PARA CONTATO ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_.

### ASSINALE ABAIXO QUAL O MEIO DE TRANSPORTE A SER UTILIZADO

- |   |  |
|---|--|
| 01 - ( ) Viação Bertioga - Guarujá/Bertioga - Linha 930 | 10 - ( ) Viação Bertioga - Bertioga/Caruara - Linha 06   |
| 02 - ( ) Viação Bertioga Municipal                      | 14 - ( ) São Vicente Municipal   |
| 03 - ( ) Piracicabana - Santos Municipal                | 15 - ( ) Viação Litorânea - Boiçucanga/Bertioga  |
| 04 - ( ) Piracicabana - Santos/São Vicente              | 24 - ( ) Breda - Mogi/Bertioga (somente p/ os que tiveram o direito adquirido via processo judicial) |
| 05 - ( ) Barca Santos/Guarujá                           | 27 - ( ) SIM - Mogi Municipal  |
| 07 - ( ) Piracicabana - Praia Gde (Samambaia)/Santos    | 48 - ( ) Viação Ecobus - São Sebastião (Centro)/Boracéia   |
| 08 - ( ) Viação Bertioga - Guarujá/Cubatão - Linha 909  | 00 - ( ) Outros _____  |
| 09 - ( ) Viação Guarujá Municipal                       |  |

DECLARO AINDA, QUE OS MEIOS DE TRANSPORTE POR MIM UTILIZADOS SÃO: CARRO ( ) MOTO ( ) ÔNIBUS ( )

\_\_\_\_\_, E QUE EM CONDIÇÕES NORMAIS, O TEMPO ESTIMADO ENTRE O PONTO DE ORIGEM E O PONTO DE CHEGADA É DE \_\_\_\_\_ HORAS E \_\_\_\_\_ MINUTOS. E QUE EM CONDIÇÕES NORMAIS, O TEMPO ESTIMADO ENTRE O PONTO DE ORIGEM E O PONTO DE CHEGADA É DE \_\_\_\_\_ HORAS E \_\_\_\_\_ MINUTOS.

Folha 05  
Pág. 185/196

**DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO TRANSPORTE**

- A) DOCUMENTO DE PROPRIEDADE DO IMÓVEL ACIMA DECLARADO COMO PONTO DE ORIGEM;  
CASO O DECLARANTE NÃO SEJA PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL DECLARADO COMO PONTO DE ORIGEM, JUNTAR:  
B) CONTRATO DE LOCAÇÃO OU CRI, IPTU, DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL COM FIRMA RECONHECIDA;  
C) CONTAS DE CONSUMO DE ÁGUA OU DE ENERGIA ELÉTRICA OU TELEFONIA FIXA, CONSTANDO O ENDEREÇO DO IMÓVEL DECLARADO COMO PONTO DE ORIGEM.

A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ EXIGIR A QUALQUER TEMPO RENOVAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO ASSINADA POR DUAS TESTEMUNHAS, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO.

DECLARO AINDA, ESTAR CIENTE DE QUE DEVO COMUNICAR A DRH, QUALQUER ALTERAÇÃO QUE VENHA A OCORRER EM MINHA VIDA FUNCIONAL QUE NÃO ATENDA A ESSAS DETERMINAÇÕES.

DECLARO AINDA, ESTAR CIENTE DE QUE DEVO COMUNICAR A DRH, QUALQUER ALTERAÇÃO QUE VENHA A OCORRER EM MINHA VIDA FUNCIONAL QUE NÃO ATENDA A ESSAS DETERMINAÇÕES.

DECLARO MAIS, ESTAR CIENTE DE QUE PRESTAR DECLARAÇÃO FALSA É CRIME PREVISTO NO ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, SUJEITANDO O DECLARANTE ÀS SUAS PENAS, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS.

ART. 299 - OMITIR, EM DOCUMENTO PÚBLICO OU PARTICULAR, DECLARAÇÃO QUE DELE DEVIA CONSTAR, OU NELE INSERIR OU FAZER INSERIR DECLARAÇÃO FALSA OU DIVERSA DA QUE DEVIA SER ESCRITA, COM O FIM DE PREJUDICAR DIREITO, CRIAR OBRIGAÇÃO OU ALTERAR A VERDADE SOBRE FATO JURIDICAMENTE RELEVANTE:

PENA - RECLUSÃO, DE UM A CINCO ANOS, E MULTA, SE O DOCUMENTO É PÚBLICO, E RECLUSÃO DE UM A TRÊS ANOS, E MULTA, SE O DOCUMENTO É PARTICULAR.

DECLARO MAIS, ESTAR CIENTE DE QUE PRESTAR DECLARAÇÃO FALSA É CRIME PREVISTO NO ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, SUJEITANDO O DECLARANTE ÀS SUAS PENAS, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS.

Bertioga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_. ASSINATURA \_\_\_\_\_

**CIÊNCIA DA CHEFIA**

Nome: \_\_\_\_\_ Registro: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

**PROTOCOLO DO ANEXO I - SFOP**

PROTOCOLO Nº \_\_\_\_\_ REG: \_\_\_\_\_  
EFETUADO O RECADASTRAMENTO DO VALE TRANSPORTE EM \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 20\_\_\_\_  
SERVIDOR DA SFOP \_\_\_\_\_ REG: \_\_\_\_\_

**ACUMULAÇÃO LÍCITA DE CARGOS OU EMPREGOS -  
OPÇÃO FACULTADA AO AUXÍLIO TRANSPORTE**

**ANEXO II**

EU, \_\_\_\_\_, PORTADOR(A) DO RG. Nº \_\_\_\_\_, SSP/\_\_\_\_\_, DEVIDAMENTE INSCRITO(A) NO CPF/MF SOB O Nº \_\_\_\_\_, DECLARO QUE TENHO ACUMULAÇÃO LÍCITA DE CARGOS OU EMPREGOS. CONSIDERANDO A OPÇÃO FACULTADA AO AUXÍLIO TRANSPORTE, VENHO A OPTAR PELO RECEBIMENTO REFERENTE AO DESLOCAMENTO TRABALHO/TRABALHO EM SUBSTITUIÇÃO AO TRABALHO/PONTO DE ORIGEM.

DECLARO AINDA, ESTAR CIENTE DE QUE DEVO COMUNICAR A DRH, QUALQUER ALTERAÇÃO QUE VENHA A OCORRER EM MINHA VIDA FUNCIONAL QUE NÃO ATENDA A ESSAS DETERMINAÇÕES.

DECLARO MAIS, ESTAR CIENTE DE QUE PRESTAR DECLARAÇÃO FALSA É CRIME PREVISTO NO ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, SUJEITANDO O DECLARANTE ÀS SUAS PENAS, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS.

ART. 299 - OMITIR, EM DOCUMENTO PÚBLICO OU PARTICULAR, DECLARAÇÃO QUE DELE DEVA CONSTAR, OU NELE INSERIR OU FAZER INSERIR DECLARAÇÃO FALSA OU DIVERSA DA QUE DEVA SER ESCRITA, COM O FIM DE PREJUDICAR DIREITO, CRIAR OBRIGAÇÃO OU ALTERAR A VERDADE SOBRE FATO JURIDICAMENTE RELEVANTE:

PENA - RECLUSÃO, DE UM A CINCO ANOS, E MULTA, SE O DOCUMENTO É PÚBLICO, E RECLUSÃO DE UM A TRÊS ANOS, E MULTA, SE O DOCUMENTO É PARTICULAR.

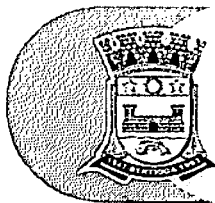
BERTIOGA, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA

**CIÊNCIA DA CHEFIA**

Nome: \_\_\_\_\_ Registro: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

**PROTOCOLO DO ANEXO II - SFOP**

PROTOCOLO Nº \_\_\_\_\_ REG: \_\_\_\_\_  
EFETUADO O RECADASTRAMENTO DO VALE TRANSPORTE EM \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/20\_\_\_\_\_  
SERVIDOR DA SFOP \_\_\_\_\_ REG: \_\_\_\_\_



# *Prefeitura do Município de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

## MENSAGEM EXPLICATIVA

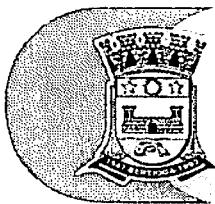
*Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bertioga:*

Pela presente Exposição de Motivos encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei Complementar que "*Altera dispositivos da Lei n. 1.197, de 18 de dezembro de 2015, que instituiu o auxílio transporte aos servidores públicos do Município*", pelos seguintes motivos:

Após a publicação da referida lei constatamos a necessidade, na prática, de adaptarmos e aprimorarmos alguns procedimentos até então adotados, daí a necessidade desta alteração legislativa que visa única e exclusivamente agilizar de forma mais eficiente o trâmite administrativo para a concessão ou renovação do auxílio transporte.

Diante do exposto, solicitamos aos Nobres Vereadores a discussão e votação do presente projeto de lei com a reconhecida competência que pautam os atos deste Egrégio Poder Legislativo.

  
Arq. Urb. José Mauro Dedemo Orlandini



# Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Bertioga, 16 de março de 2016.

**OFÍCIO N. 82/2015 – SG**

Processo Administrativo n. 8627/15

(Favor mencionar esta referência)

CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

Protocolo 420

Data 17 / 03 / 2016

Hora 16:27

Assinatura E. Dedemo

*Excelentíssimo Senhor,*

Com os nossos cordiais cumprimentos e reiterando os protestos de estima e consideração, servimo-nos do presente para encaminhar a esta Egrégia Casa de Leis, para apreciação e votação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei que *"Altera dispositivos da Lei n. 1.197, de 18 de dezembro de 2015, que instituiu o auxílio transporte aos servidores públicos do Município."*

Atenciosamente,

Arq. Urb. José Mauro Dedemo Orlandini

Prefeito do Município

Ao Excelentíssimo Vereador  
LUÍS HENRIQUE CAPELLINI  
Presidente da Câmara Municipal de Bertioga